

## A CONCORDATA COM O VATICANO

Uma das maiores dificuldades na vida italiana, assim como na vida das famílias aristocratas, é o peso do passado. As coisas não podem ser feitas de uma maneira mais simples e os problemas não podem ser resolvidos do modo mais fácil. Há tradições, deveres e memórias. As estradas devem respeitar os lugares históricos, as cidades devem desenvolver-se sem perturbar do seu torpor os castelos medievais e palácios da Renascença em ruínas. As crianças devem ser induzidas a ler volumes que falam do passado. O latim deve ser ensinado como não o é em qualquer outro país. Os arquitectos têm de aguentar o desdém e a desaprovação de todos aqueles que hão-de dizer: “Muito bom, mas nada que se pareça com o traçado dos edifícios de outrora...” Os pintores, naturalmente, sabem, antes de iniciar qualquer trabalho, que vai ficar bem atrás dos de Ticiano, Leonardo, Carpaccio e de mil outros criados antes deles. Mesmo o cinema dos ‘anos vinte’ estava oprimido com o seu próprio passado recente, porque toda a gente sabia, antes da Guerra Mundial, que os filmes italianos estavam entre os melhores produzidos no mundo, e os críticos interrogavam-se acerca das razões pelas quais, nos tempos mais recentes, o cinema se tornara tão insignificante e inepto.

Uma das nossas mais caras e embaraçosas tradições tem sido sempre as relações entre a Igreja de Roma e os diversos tipos de governos que dirigiram a Itália ou parte da Itália.

A chamada Questão Romana amargou as almas de muitos italianos, desde a fundação do novo Reino. As pessoas acharam difícil amar um país e rezar a Deus com a consciência tranquila, porque fora o Rei de Itália que havia arrebatado ao Papa o seu domínio temporal, em 1870. Mussolini acabou com tudo isso. Assinou com o Papa, em 11 de Fevereiro de 1929, um tratado, no qual o velho problema repousaria para sempre. A Itália reconhecia a soberania do Papa sobre a Cidade do Vaticano e o Papa reconhecia a soberania da Casa de Sabóia sobre toda a Itália, incluindo Roma. Houve uma enorme satisfação.

Os estrangeiros, provavelmente, não conseguem compreender até que ponto este problema se arrastou e complicou por sessenta anos, e como chegou a parecer completamente impossível encontrar-lhe uma solução. A Cristandade Católica é tanto uma tradição italiana como a língua italiana, o direito romano ou o pensamento lógico. Era uma parte da alma de cada homem. A Cristandade conquistara o mundo porque encontrara a sua sede em Roma, centro do mundo naquele tempo, e porque herdara do Império a capacidade de organizar e de pensar em termos de Continentes e não de cidades ou províncias. Nos primeiros oito séculos da Cristandade, porém, o Papa não possuía um poder mundial. Um pequeno território fora atribuído ao bispo de Roma, após o reinado de Constantino, e diversos territórios, em Roma e fora de Roma, foram-lhe depois dados por piedosos proprietários, os quais julgavam, assim, terem assegurado uma boa recepção no Além, no fim da vida. Só no ano de 313 DC, a Cristandade tinha sido reconhecida como culto livre, mediante um édito imperial emitido em Milão. Quinhentos anos mais tarde, Carlos Magno reconheceu a efectiva soberania do Papa sobre as terras que tinha vindo a adquirir ao longo dos séculos. Essa soberania durou dez séculos.

Roma perdeu os seus Império, prestígio e poder. Deixara de ser a capital de um Império, não sendo, sequer, a capital de Itália, embora fosse a capital religiosa de todos os italianos, a capital de todos os Católicos no mundo. Seguiram-se dez séculos. Guerras, paz, discórdias, desordens, grandes acontecimentos históricos e miseráveis disputas. Ao fim de dez séculos, o domínio divino dos Papas tinha muitos seguidores, mas o reino mundial do Papa estava pronto a desagregar-se. Napoleão encontrou muito pouca resistência da parte dos exércitos do Papa e foi fácil para ele conseguir que Pio VII fosse a Paris para a sua coroação. Durante a cerimónia, o jovem imperador tirou a coroa das mãos do Papa e colocou-a ele próprio na sua cabeça. Em 1809, por um decreto emitido em Schoenbrunn, declarou o Estado Pontifício unido ao Império Francês, a cidade de Roma como cidade livre, garantindo privilégios especiais e imunidades ao Papa e aos palácios papais. Mas Napoleão não tardou a constatar que o poder do Papa assenta na sua independência, no facto de não estar ligado a nenhuma facção da política europeia e que era indiferente a discórdias e disputas.

Fazer do Papa um bispo francês era deixá-lo, apenas, na liderança dos católicos franceses, era tirá-lo a sua autoridade internacional e universal.

Os italianos que fizeram a Itália unida, a partir de uma miscelânea de pequenos Estados, tiveram de encarar o problema de Napoleão e muitos outros. Também reconheceram o facto de a autoridade do Papa se fundar na sua independência. Mas perceberam, igualmente, o facto de o seu domínio temporal estar apodrecido, ineficiente, mal gerido e o seu exército fragilizado e pobremente disciplinado. Sabiam que essas províncias queriam ser livres e juntar-se ao resto do Reino. Além disso, sabiam que Roma tinha que se tornar a capital do novo Reino unificado, por razões históricas, sentimentais e lógicas. Como é que todas estas exigências contraditórias se podiam harmonizar? Como poderia existir um Papa soberano e independente quando os seus territórios ambicionavam tornar-se uma parte do Reino de Itália e quando Roma estava para ser a sua capital? O Estado Pontifício tornou-se italiano, em 1860, quando um plebiscito foi votado pela população rebelde, mas conservou o Lácio, a província que rodeia a cidade de Roma, e a cidade, defendida por soldados franceses. Católicos fervorosos no lado nacionalista e bons patriotas no lado Papal tentaram chegar a um entendimento, mas a situação ia piorando com o tempo. Multidões de livres-pensadores jovens bradavam: “Abaixo o Papa, Roma ou morte!” O Parlamento, com a capital provisoriamente instalada em Florença, estava em grande agitação, porque Cavour tinha assinado um acordo com o governo francês, em 1864, prometendo respeitar os territórios deixados ao Papa, os quais não seriam atacados pela força, enquanto os franceses se comprometiam a retirar as suas tropas dentro de dois anos, ao mesmo tempo que organizariam um corpo de defesa internacional. Garibaldi tentou marchar contra o Papa, mas foi derrotado em Aspromonte. Em Agosto de 1876, a França retirou as suas últimas tropas, deixando o corpo internacional, comandado pelo general Kanzler. Em 8 de Setembro, o conde Ponza di San Martino, diplomata piemontês, deslocou-se a Roma numa missão extremamente confidencial. Nessa ocasião, apresentou ao Papa uma carta, na qual o Rei lhe dava todas as garantias de uma sede independente, nas margens do Tibre, cercada pela devoção de todo o povo italiano, mas solicitando que a cidade de Roma se tornasse parte do Reino. A missão de Ponza fracassou, assim como várias tentativas, levadas a cabo nessas poucas semanas, para alcançar alguma espécie de acordo. Em 20 de Setembro, as tropas italianas entraram em Roma, precedidas de respeitosas proclamações. Roma votou a favor da anexação e o Papa declarou-se prisioneiro de guerra, no Vaticano. Nascia a *Questão Romana*.

Era uma questão moral, mais do que real, porque os italianos cedo descobriram a maneira de harmonizar o patriotismo e a devoção nas suas vidas privadas. Mas criou dificuldades. Levou à rotura das relações diplomáticas entre o Vaticano e a República Francesa, porque o Presidente da República, numa visita a Roma, foi apresentar cumprimentos ao Rei antes de se deslocar ao Vaticano. Os católicos foram proibidos de votar em Itália. As famílias estritamente papais não tinham relações de qualquer natureza com “patriotas”. Os bispos não sabiam como haviam de se comportar quando os príncipes da Casa Real ou o próprio Rei visitavam as suas sés. O Imperador da Áustria nunca retribuiu uma visita que o Rei de Itália lhe fizera, dado não se ter atrevido a desagradar ao Papa.

Foi aprovada uma lei que garantia a independência do Papa, privilégios e imunidades, providenciando o pagamento de montantes anuais e regulando a questão do ensino religioso, tanto nas escolas públicas como nas privadas. O Vaticano recusou-se a aceitar este tratado unilateral, e, considerando-se mal tratado e sem esperanças de reparação, apelou aos governos de países católicos, chamando-lhes a atenção para o tratamento injusto do governo italiano. Este tipo de situação estender-se-ia por sessenta anos. Ocasionalmente, retomavam-se as negociações e, imediatamente, fazia-se constar, nos meios bem informados de Roma, que estava prestes a alcançar-se um acordo. Crispi conduziu uma dessas negociações, até se atingir um novo impasse. Orlando, na Conferência de Paz de Versalhes, negociou com um americano, o Monsenhor Kelley, de Oklahoma, mas não chegou a haver acordo.

Finalmente, Mussolini chegou ao poder. Um novo conceito de Estado e uma concepção inovadora dos deveres dos cidadãos e da educação da juventude confrontaram a proverbial rigidez do Vaticano. Onde a falta de princípios dos Liberais não lograra triunfar, as bem definidas e

descomprometidas visões de Mussolini tornaram mais fácil chegar a um acordo. O povo italiano sentiu que se estava a chegar ao fim de um velho problema quando foi eleito Pio XI e, pela primeira vez desde 1870, o novo Papa abençoou a multidão da varanda da praça de S. Pedro. A primeira encíclica de Pio XI, porém, parecia que aniquilava todas as esperanças. O Papa repetia as velhas fórmulas dos seus predecessores, falava da natureza divina da soberania papal, do direito das consciências de milhões de católicos espalhados pelo mundo, da necessidade do Papa se não submeter pela força e de não depender de uma autoridade ou protecção externas. No Verão de 1926, no entanto, um monsenhor falou com o professor Barone, advogado e académico, da possibilidade de um acordo. Barone foi avistar-se com Mussolini. Trocaram-se planos e foram examinadas secretamente as exigências mínimas de ambos os campos. Iniciaram-se negociações, que se prolongaram até Janeiro de 1927.

As exigências mínimas do Vaticano, escritas em 24 de Outubro de 1926 pelo cardeal Secretário de Estado, eram as seguintes:

1. As condições oferecidas à Santa Sé devem estar de acordo com a sua dignidade e com a justiça.
2. As ditas condições devem ser de modo a garantir a completa liberdade e independência, não só real e efectiva como também visível e concreta, através dos meios de reconhecimento de um território da exclusiva propriedade, tanto em termos de domínio e de jurisdição, como merecedor de uma real soberania, a qual não pode ser violada em circunstância alguma.
3. Como esta questão é mais vasta do que os limites do território italiano, é necessário que a nova situação, política e territorial, seja reconhecida pelas Potências Estrangeiras.
4. Será dever do governo italiano assegurar a aprovação das Potências Europeias que têm relações diplomáticas com a Itália e o Vaticano, antes de se dar início às negociações oficiais.
5. O Tratado Político deve ser seguido por uma Concordata, que regulará a legislação eclesiástica em Itália.
6. É quase desnecessário acrescentar que as eventuais convenções e tratados devem ser aprovados por autoridades políticas e constitucionais, isto é, o Rei e o Parlamento.

Em 31 de Dezembro de 1926, o Duce escreveu ao cardeal Gasparri, Secretário de Estado, a seguinte carta:

*Eminência, com vista à troca de pontos de vista que se processou através dos nossos representantes, conselheiro Barone e professor Pacelli<sup>1</sup>, sobre o tema da possibilidade de alcançar um acordo definitivo e irrevogável que regule as relações entre o Reino de Itália e a Santa Sé, um acordo que, ao mesmo tempo que assegura à Santa Sé uma posição satisfatória, permitiria à Santa Sé reconhecer os acontecimentos que tiveram o seu clímax na proclamação de Roma como capital do Reino de Itália, sob a dinastia da Casa de Sabóia, tenho o prazer de levar à sua presença o Conselheiro de Estado Professor Doutor Barone, a quem confio a missão oficial de negociar o estabelecimento formal das ditas relações.*

*Estas negociações estão autorizadas por S.M. o Rei. Serão levadas a cabo pelo conselheiro Barone, na mais estrita confidencialidade e ad referendum. Tenho esperança de que elas alcançarão resultados favoráveis, preparando, desse modo, uma nova era nas relações entre a Itália e a Igreja.*

As negociações não foram fáceis. Todos os Papas, desde 1870, pediram a cidade de Roma como o mínimo para assegurar a sua independência e soberania, com um corredor para o mar para garantir as comunicações com o mundo exterior. Pio XI assumiu uma grande responsabilidade

---

<sup>1</sup> Francesco Pacelli, advogado e irmão mais velho de Eugenio Pacelli, futuro papa Pio XII. (Nota do tradutor)

quando diminuiu as exigências dos seus antecessores. Mussolini confessou ter, muitas vezes, enfrentado sozinho a sua própria consciência, dado que estas negociações eram de tal modo delicadas que não lhe permitiam consultar-se com ninguém, e o próprio Papa (conforme Mussolini referiu no seu discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de Maio de 1929) deve ter sondado a sua própria consciência, porque, se tivesse pedido conselho aos que o rodeavam, muitos, aqueles que ainda sonhavam com os velhos tempos, aqueles que ainda acalentavam a lembrança do *Orenoque* (o navio de guerra francês que lançou ferro em Civitavecchia até 1874, esperando que o Papa se decidisse a retirar-se) ou que sonhavam com uma intervenção estrangeira, muitos desses ter-se-iam esforçado para o dissuadir.

*A nossa sorte, afirmaria Mussolini, foi termos enfrentado um verdadeiro Pontífice italiano. Ele não se lamentará, creio eu, se a Câmara dos Deputados fascista lhe prestar este sincero cumprimento. Ele é o chefe de todos os católicos, a sua posição é supranacional. Mas ele nasceu em Itália, na Lombardia, e recebeu do povo lombardo um sólido sentido prático, coragem e iniciativa. Viveu muito tempo no estrangeiro e isso, provavelmente, fez-lhe aumentar o amor a este país. É um académico que nutre calorosos sentimentos por todas as doutrinas consistentes.*

Ao longo de 1927, foram conduzidas negociações a propósito da questão dos escuteiros católicos, cujas organizações tinham sido abolidas pelo governo fascista. Mussolini estava inflexível. Reconhecia a necessidade de dar às crianças uma educação religiosa, mas insistia em lhes dar também carácter, coragem e orgulho pelo seu país, pelos êxitos dos seus compatriotas, orgulho por conquistas e poder. “Temos de os inspirar com a nossa fé, entusiasmá-los com as nossas esperanças”, disse ele. A questão foi regulada em 1928, passado um ano. Os escuteiros foram definitivamente abolidos, mas as organizações juvenis do Partido passavam a ter instrução religiosa ministrada por capelães. “Outro regime ... um regime democrático liberal, um regime que desprezamos, podia considerar útil renunciar à educação das gerações jovens. Nós não,” disse o *Duce* nessa ocasião. “O dever de ensinar deve ser nosso.”

O problema dos escuteiros não era verdadeiramente sério, ou não tão sério como teria sido num país não-católico. O Vaticano sempre luta para preservar as crianças católicas da contaminação por crianças de outros credos, mas em Itália, onde todos são católicos, não existe esse perigo. Através de delicadas conversações, concluiu-se um acordo sobre o número de horas semanais de instrução religiosa, o número de capelães por mil Balillas e as negociações para terminar com a Questão Romana prosseguiram. A Santa Sé pediu a propriedade da Villa Pamphilj, em Roma, e as terras entre a Villa e o Vaticano, conhecidas por Vale do Jasmim ou Valle del Gelsomino. A Santa Sé não queria direitos nem soberania sobre essas terras. Queria-as simplesmente como espaço aberto para os edifícios lotados, agrupados em torno da igreja de S. Pedro. Mussolini propôs ao Papa o aluguer da Villa, por uma lira por ano, ao mesmo tempo que solicitava o reconhecimento, na contingência de desacordo ou contestação em data posterior, da soberania italiana sobre o Vale e o edifício. Por essa altura (Outono de 1928) o Rei foi informado pelo *Duce* sobre o desenrolar das negociações e aprovou-as inteiramente.

Em 8 de Novembro de 1928, o Papa informou o *Duce* de que estava disposto a desistir dos seus pedidos relacionados com a Villa Pamphilj e o Vale. As negociações foram concluídas, poucas semanas depois. O Papa mostrou-se mais do que razoável acerca de matérias tão insignificantes e inconsequentes como um acre a mais ou uma acre a menos, a partir do momento em que as questões fundamentais da sua independência e soberania ficaram completamente reconhecidas e sem reservas. Precisamente no último dia das negociações e véspera da assinatura do tratado, 10 de Fevereiro, ocorreu um problema de última hora. A Santa Sé requereu a concessão de cerca de quinhentos metros quadrados para construir uma vedação de ferro diante do Santo Ofício. Mussolini recusou. O Papa renunciou ao seu plano e excluiu o Santo Ofício do seu próprio território, deixando-o protegido por imunidade diplomática, tal como sucedia com outros edifícios pertencentes à Igreja.

Barone, o consciencioso representante do governo, faleceu durante o decorrer das negociações, no final de 1928. O progresso das conversações não foi travado. Por essa altura, o mundo estava sabedor de que alguma coisa andava no ar. Enquanto a imprensa italiana tinha sido solicitada a não publicar pormenores e rumores acerca do que estava em curso, a imprensa estrangeira, especialmente a americana, tinha sido inundada de “revelações”. Mussolini sentiu que era necessário alcançar uma conclusão, tão depressa quanto possível. A última reunião entre os representantes das duas partes teve lugar em Roma, em Janeiro de 1929. O Tratado estava praticamente pronto a ser assinado no início de Fevereiro e foi de facto firmado numa manhã chuvosa, em 11 de Fevereiro, no grande salão dourado do Palácio de Latrão, adjacente à Igreja de São João de Latrão, que é a catedral de Roma, a sede do Papa como bispo de Roma, e que era considerado território neutral.

Mussolini sentou-se a uma mesa grande com o cardeal Gasparri, secretário de Estado. Dino Grandi, agora embaixador em Inglaterra mas então subsecretário dos Negócios Estrangeiros, estava lá, assim como o ministro da Justiça, Alfredo Rocco. Mais tarde, uma enorme multidão convergiu, debaixo de chuva, para a praça de S. Pedro, esperando pacientemente que alguma coisa acontecesse. Dizia-se que o Papa abençoaria, da varanda, a multidão. O Papa não tinha tal intenção, mas como a multidão continuava a engrossar e em grandes aplausos, o Papa foi forçado a mostrar-se na mesma varanda de onde centenas de Papas tinham abençoado as massas romanas, através dos séculos.

Foram assinados três documentos: um tratado para findar para sempre a disputa entre a Santa Sé e o Reino de Itália; uma Concordata que regulava a relação entre o Estado e o ramo italiano da Igreja Católica; e um acordo financeiro, pelo qual a Itália se comprometia a pagar ao Pontífice certos montantes de indemnizações pelas perdas de territórios e rendas, desde 1870. O mais importante de todos, naturalmente, era o tratado que fechava uma ferida com sessenta anos e que criava a Cidade do Vaticano. Através dele, o Santo Padre, reconhecia, solene e explicitamente, a existência do Reino de Itália sob o Rei Victor Manuel III, da Casa de Sabóia, com capital em Roma. Roma ficava, por conseguinte, liberta das reivindicações do Vaticano. Roma tornava-se definitivamente italiana e capital de Itália, pela primeira vez desde os tempos romanos. No outro lado do Tibre, existia uma pequena cidade eclesiástica, o Vaticano, nitidamente separada do resto de Roma, independente e pátria espiritual de todos os católicos.

Primeiro, o Tratado. Reconhecia os completos direitos de propriedade e soberana jurisdição da Santa Sé sobre o Vaticano, tal como é hoje conhecido, tomando a designação de Cidade do Vaticano, declarando que no interior das suas fronteiras não haveria interferência do governo italiano. A Praça de S. Pedro, enquanto parte da Cidade do Vaticano, continuaria a ser normalmente aberta ao público e sujeita ao poder policial do governo italiano. Além disso, o governo italiano comprometia-se a ligar o Vaticano com as redes, italiana e internacional, de caminhos-de-ferro e com os sistemas de telégrafo e telefone, e a construir, dentro dos limites da Cidade do Vaticano, uma estação de caminho-de-ferro, um posto TSF e uma estação dos correios.

A Itália reconhecia ao Vaticano o direito de legação, tanto activa como passiva, de acordo com os costumes e leis internacionais, e nomearia um embaixador acreditado junto da Santa Sé, enquanto garantia que o embaixador do Vaticano na corte de Victor Manuel III seria, automaticamente, o decano do corpo diplomático, de acordo com a prática reconhecida pelo Congresso de Viena, através de uma Acta datada de 9 de Junho de 1815.

Decidia-se, igualmente, que os tesouros artísticos e os mementos científicos preservados dentro dos limites do Vaticano estariam abertos para todos os poderem admirar. Uma outra cláusula estabelecia que a Itália se encarregaria de punir todos os criminosos que fossem considerados culpados de crimes praticados dentro dos limites da Cidade. De modo semelhante, o Vaticano entregaria ao governo italiano todos os indivíduos que fossem suspeitos de ter cometido actos considerados criminosos pela legislação de ambos os Estados.

A Santa Sé declarou “o seu desejo de se manter estranha a antagonismos mundiais entre outros Estados e a Congressos Internacionais convocados para essas causas mundiais, excepto quando as partes conflituantes apelassem de comum acordo para a sua missão de paz,” reservando para si própria, “em qualquer caso, o seu direito para fazer ouvir a sua autoridade moral e espiritual.

Por tal motivo, o território da Cidade do Vaticano será sempre e é sempre considerado território neutral e inviolável.”

A cláusula final estabelece:

“A Santa Sé considera que, através dos acordos hoje assinados, tudo o que é necessário para o cumprimento dos seus deveres pastorais na Diocese de Roma, na Igreja Católica em Itália e no resto do mundo, com a necessária liberdade e independência, se encontra suficientemente garantido. Por fim, declara, definitiva e irrevogavelmente, a Questão Romana como regulada e, conseqüentemente, eliminada.”

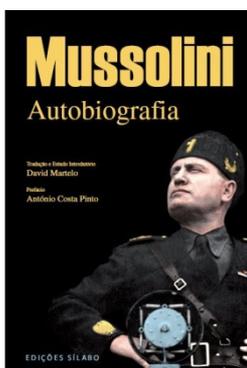
“Por sua vez, a Itália reconhece o Estado da Cidade do Vaticano sob a soberania do Santo Padre. A lei de 13 de Maio de 1871 está, conseqüentemente, revogada.”

Segundo, a Concordata. O documento contém quarenta e cinco cláusulas, dentre as quais uma, que requereu negociações durante várias semanas, estabelece que “considerando o carácter sagrado de Roma, bispado do Santo Padre e centro mundial católico, o governo italiano tomará as devidas medidas para que tudo o que possa contrastar com o dito carácter seja proibido em Roma.” Os delegados do Papa pretendiam que a cláusula dissesse que o governo italiano “se comprometeria a impedir tudo quanto pudesse contrastar com o dito carácter.” Mussolini foi firme e recusou prometer mais do que “devidas medidas”. A Concordata segue as linhas de prévios acordos assinados com países católicos, torna o casamento religioso válido perante o Estado, consagra a lei Canónica como suprema em matéria de anulação de matrimónios, regula o ensino da religião nas escolas, atribui a escolha e controlo dos instrutores a cada bispado, e reconhece todas as associações católicas sem carácter político.

Terceiro, a Convenção Financeira. A Itália compromete-se a pagar ao Vaticano o montante de 750.000.000 de liras, em dinheiro, e mil milhões de liras em obrigações do tesouro. O total era menos do que a Itália teria pago se o Vaticano tivesse aceite as Leis de Garantias, aprovada em 1871, a qual assegurava um pagamento anual de vários milhões de liras.

Para o povo italiano, o resultado dos três documentos foi a paz no coração. Um velho problema fora regulado para sempre; filhos, educados para o amor de formas de vida novas, vigorosas e activas, não estariam em discrepância com os seus pais, agarrados às tradições de um passado tradicional. Agora, era possível, ao mesmo tempo, ser um bom italiano, que é sinónimo de Fascista, e um bom católico. O próprio Vaticano, reduzido como Estado aos limites da sua sede tradicional, livre do fardo de províncias mal governadas, de problemas de armamentos e de embaraços internacionais, descobriu uma nova dignidade e uma nova força. O Tratado de Latrão foi, indubitavelmente, um dos maiores feitos das políticas sensatas e realistas de Benito Mussolini.

*Tradução de David Martelo*



O texto constitui o capítulo XIII de

*Não se conhece o autor. Faz parte dos acrescentos especialmente autorizados “por acordo e aprovação de O DUCE”, estendendo a edição inicial, de 1928, até ao ano de 1939.*